

A MISSÃO “DA” E “NA” PARÓQUIA

Um ensaio de releitura do documento de estudos 104 da CNBB, na perspectiva da “missão”

*Pe. Sidnei Marco Dornelas, CS
Assessor da Comissão Episcopal para a Missão Continental*

O tema central da 51ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em abril de 2013, resultou num documento de estudo, “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”. Esse tema despertou um grande interesse em todos aqueles que tomaram a sério a proposta lançada pela Conferência de Aparecida, em 2007: a de por a Igreja na América Latina em estado permanente de missão. Percebeu-se a determinação dos Bispos em colocar em pauta um tema difícil, a reestruturação e renovação das paróquias (DAp 170ss). Assim, vinha ao centro da preocupação da Igreja a quarta urgência das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, “Igreja, comunidade de comunidades”.

Não por acaso, um dos temas tratados insistentemente no âmbito das atividades do projeto da Missão Continental refere-se justamente à Paróquia Missionária. Nos vários encontros promovidos em diferentes instâncias da Conferência Episcopal, e que têm por objetivo colocar em prática a proposta de Aparecida nas Igrejas Locais, a problemática das paróquias é uma das mais sensíveis. Por isso, deu-nos satisfação a oportunidade de poder acompanhar e de alguma maneira colaborar no processo de desenvolvimento desse documento. Foi com esse interesse na “missão”, antes e depois de sua publicação, que nos propomos a proceder à sua releitura, observando como se insere a “missão” em seu conteúdo, e em que medida aponta para o que seria uma “Paróquia missionária”.

“COMUNIDADE MISSIONÁRIA É COMUNIDADE ACOLHEDORA” (A MISSÃO NA PARÓQUIA)

Inicialmente, é preciso dizer que a questão da “missão” da e na Paróquia não é o objeto principal das reflexões desse documento. Embora desde o primeiro parágrafo se deixe claro que se busca a “conversão pastoral” das estruturas de Igreja, num “processo de transformação permanente e integral”, e nesse sentido corresponde à proposta da Missão Continental – isso tudo não significa que haja uma intenção missiológica propriamente dita por trás de suas reflexões.¹ Ao contrário, percebe-se uma utilização genérica e imprecisa do termo “missão” em vários pontos do desenrolar do documento. Na verdade, o foco do seu interesse está em resgatar o valor da vida de comunidade como o fundamento de uma renovação das estruturas paroquiais. Desse processo deveria resultar aquilo que seria uma pastoral mais missionária.

De alguma maneira, uma noção um pouco mais clara sobre a pastoral missionária surge apenas no final do documento, ao tratar da “transmissão da fé: novas linguagens”. Ali temos a expressão “comunidade missionária é comunidade acolhedora” (§ 206). Aqui poderíamos dizer que a pastoral da acolhida, ou a dimensão da acolhida das atividades pastorais da comunidade paroquial, é que deveria qualificar-la como “missionária”. Talvez esse entendimento sobre a missão possa encontrar uma explicação nas opções tomadas ao longo da própria construção do texto, ao privilegiar a conversão de suas estruturas e não tanto o seu dinamismo missionário. Com efeito,

¹ Na verdade, o documento não faz referência aos grandes documentos da Igreja sobre a Missão, ou mesmo sobre a Nova Evangelização, como a Ad Gentes, a Novo Milênio Ineunte ou a Redemptoris Missio.

desde a abordagem dos dois primeiros capítulos, com a perspectiva bíblica e teológica, foi-se optando pela noção da Paróquia como “casa”, local e ambiente de construção de relações comunitárias. Existe aqui um eco da conhecida expressão cunhada em Aparecida, da Igreja como “casa e escola de comunhão” (DAP 272; NMI 43).²

Em torno da “casa” como referência da comunidade paroquial é que se pensa a renovação de todas as suas práticas pastorais. A partir da iniciativa evangélica da reconstrução das relações comunitárias em seu interior, se coloca em foco a transformação de suas estruturas ultrapassadas que minariam a sua missionariedade (§ 90). Considerando que a paróquia permanece ainda hoje como um lugar visível da presença da Igreja, mas também o espaço de referência para o encontro da comunidade, o texto do documento avança duas noções fundamentais para repensar a Paróquia no contexto das “mudanças de época”: casa e acolhida de peregrinos; comunidade como lar dos cristãos (§ 83-85). Da explicitação do sentido da “casa”, local de acolhida para os desamparados de nosso tempo, mas também imagem da Igreja feita de “pedras vivas” (§ 75), o texto aponta três dimensões fundamentais da Paróquia: a casa da “palavra”, do “pão” e da “caridade”. Em síntese, a missionariedade se revelaria na disponibilidade de receber a todos e acolhe-los no convívio fraterno.

Com esse referencial fundamental, o 3º capítulo trata de tudo o que impede à Paróquia assumir sua tarefa de evangelizar nos “novos contextos” com suas “mudanças de época”: a crise da pastoral de manutenção, o excesso de burocracia, a falta de participação dos leigos, de planejamento pastoral, de inovação na evangelização, o fechamento nas pastorais e movimentos em si mesmos. Apesar das muitas iniciativas inovadoras, os desafios continuam inquietantes: a acentuação do intimismo religioso individual, as mudanças na estruturação das famílias, a identificação da Paróquia com o território, as estruturas obsoletas de pastoral, a cultura pós-moderna e o pluralismo cultural e religioso. No âmbito da discussão sobre a comunidade e a dimensão missionária da Paróquia, entre tantos desafios, o que mais nos interessa é aquele referente à questão da territorialidade.

Apesar da abertura já presente no Código do Direito Canônico atual para outras formas de definição de Paróquia, o território ainda é o principal referencial que a constitui jurídica e pastoralmente, condicionando todas as suas atividades e sua relação com a Igreja Local.³ O documento 104 refere-se a essa dificuldade, discute como se coloca a questão da territorialidade atualmente (§ 105-109), e tenta apontar para novas realidades e possibilidades de organização

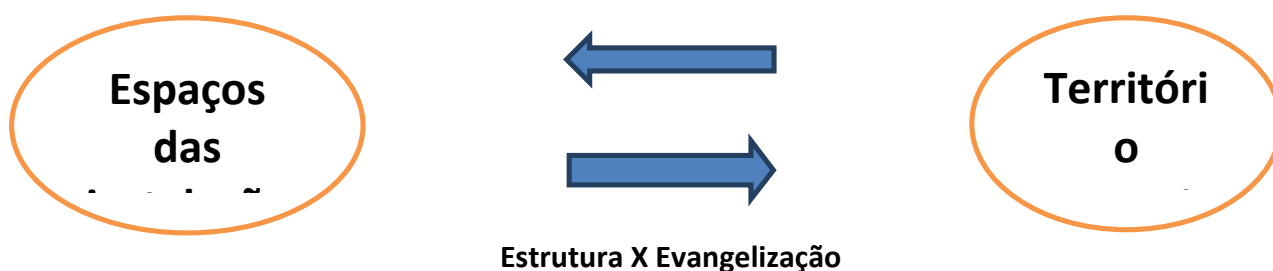
² Interessante observar que o trecho de Aparecida procura mostrar como uma comunidade acolhedora enseja um dinamismo que impulsiona para a missão, enquanto que o parágrafo da carta apostólica Novo Milênio Ineunte não se refere à missão, mas antes à necessidade de reconstruir os laços comunitários em torno da espiritualidade de comunhão.

³ No Código do Direito Canônico (CDC) de 1983 temos a definição de Paróquia: “Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja Particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo Diocesano.” (c. 515 §1) Essa definição pode ser complementada por outro parágrafo: “Por via de regra, a paróquia seja territorial, i.e., seja tal que compreenda todos os fiéis de um determinado território; onde, porém, for conveniente constituam-se paróquias pessoais ...” (c. 518) Essa definição já aponta para alguns traços fundamentais da Paróquia e que configuram juridicamente sua ação pastoral: a comunidade **estável** situada na Igreja Local; a figura central do **pároco**, sob a autoridade e legitimidade do Bispo Diocesano; o fato de ser uma comunidade de “**fiéis**”, que subentende a submissão como regra e a “cura d’almas” como padrão da ação pastoral; e o **território** como o que configura a jurisdição da ação pastoral, que enquadra a sua normatização e a sua prática. É verdade que o CDC de 1983 (can 518) dá uma grande abertura para a constituição de “paróquias pessoais”, ou outras modalidades de administração paroquial, visando atender necessidades pastorais das Dioceses, como a presença de grandes grupos de migrantes de uma mesma língua ou cultura, e o documento 104 também reconhece isso, mas com reservas: “...essa segunda possibilidade de criação de paróquias precisa ser aprofundada”. (§106)

que privilegiam as relações comunitárias. Entretanto, no intuito de valorizar e estimular as iniciativas de vida comunitária, o documento apenas tangencia as questões ligadas ao território, sua definição canônica e a centralidade da figura do pároco. Existe uma insistência de que a Paróquia não deve se identificar com o território, e caminhar no sentido de sua superação (§ 87; 107-109; 133). Porém, no fundo, a concepção de território como base da ação pastoral continua intacta, ainda conforme um modelo tradicional de Igreja, que corresponde por sua vez a uma visão ultrapassada de missão. Como tal, prevalece a tendência em pensar a paróquia a partir de uma concepção estabilizada e sedentarizada de comunidade, onde certa inércia da tradição levaria à perpetuação de estruturas de conservação:



Ora, é essa visão de Igreja e missão que está em jogo quando Aparecida fala de “conversão pastoral”: passar “de uma pastoral de manutenção para uma pastoral decididamente missionária” (DAP 370); ou quando o tema da “paróquia missionária” ou da “pastoral missionária” se torna objeto de tantos debates (mesmo antes do Concílio Vaticano II).⁴ Existem há anos no Brasil, várias iniciativas inovadoras de missão que apontam para um novo entendimento de prática missionária, buscando a renovação da Paróquia por meio de uma nova relação com o seu território. Relembramos todo um aprendizado acumulado na prática das missões populares, que a partir do desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) conheceu um novo impulso e uma enorme renovação, trazendo à consciência de milhares de leigos um novo protagonismo pastoral e missionário. É na caminhada das CEBs, em várias Dioceses no interior do país, ou na periferia das metrópoles, que temos o exemplo melhor sucedido daquilo que hoje se denomina “setorização”, “rede”, ou mesmo “comunidade de comunidades”, como forma de ação evangelizadora e missionária que busca garantir uma capilaridade das comunidades e sua organização em rede no território paroquial. Assim, mesmo os espaços físicos da Paróquia e de suas comunidades ganham um novo sentido:



⁴ De fato, o tema da “paróquia missionária” conhece um histórico já antigo de debates: cf. MICHONEAU, 1960; BLEUZEN, 2004. Recentemente o tema da “paróquia missionária” foi também objeto de algumas publicações: PEREIRA, 2012; MIKUSKA, 2012. Sobre a “pastoral missionária”, cf...

Pastoral X Missão

Essa dinâmica missionária garante que as estruturas da paróquia estejam a serviço de todas as dimensões da vida dos participantes da comunidade, atingidas pela missão em todos os ambientes do território paroquial, assim como a missão encontra nas estruturas paroquiais um ponto de referência, de apoio e de motivação para uma verdadeira capilaridade da ação evangelizadora. As origens dessa contribuição positiva das CEBs para a dinamização da vida das Igrejas Locais, como primeira experiência de “setorização” de grandes territórios paroquiais, está registrada na memória dos primeiros Encontros Intereclesiais de CEBs nos anos 1970 e 1980⁵. O documento 104 praticamente não se reporta a essa contribuição das CEBs, seja como experiência já adquirida de uma modalidade de “setorização” paroquial, seja como uma experiência renovadora de vida comunitária e dinamismo missionário, concretizado nas iniciativas das missões populares.⁶ Por outro lado, a importância da metodologia das missões populares para a conversão pastoral, como aprendizado acumulado em todo o Brasil, com certeza foi o que permitiu à DGAE formularem sinteticamente o que poderia ser um programa de missão permanente no âmbito da Igreja Local, Diocese e Paróquia:

“Cabe a cada comunidade eclesial perguntar quais são *os grupos humanos ou as categorias sociais que merecem atenção especial* e lhes dar prioridade no trabalho de evangelização. Entre esses grupos estão os que têm pouco vínculo com a Igreja. Às vezes são jovens; outras vezes, pessoas vivendo na periferia de nossas cidades, intelectuais, artistas, políticos, formadores de opinião, trabalhadores com grande mobilidade, nômades etc. Importa ir ao encontro deles, não apenas nas famílias e nas residências, mas em todos os ambientes. As *missões populares*, indo ao encontro do apelo da *Missão Continental*, têm se mostrado um caminho eficaz. As visitas sistemáticas nos locais de trabalho, nas moradias de estudantes, nas favelas e nos cortiços, nos alojamentos de trabalhadores, nas instituições de saúde, nos assentamentos, nas prisões, nos albergues e junto aos moradores de rua, entre outros, são testemunho de uma Igreja samaritana. A pastoral da visitação pode dar maior organicidade e eficácia a este serviço.” (DGAE 2011-2015 §78)

Assim, podemos dizer que o caminho para a missão “no” território da Paróquia parece bem delineado, muito embora a questão das diferentes metodologias de inserção missionária permaneça ainda um campo extremamente vivo de debates. Também parece aceito que tal esforço missionário deva se prolongar em alguma forma de “pastoral missionária” permanente, e que formas novas de estruturação e planejamento pastoral devam ajudar nesse sentido. É outra perspectiva para entender a proposta de trabalho em “rede” de comunidades, grupos, movimentos e pastorais, como uma das grandes urgências da Igreja no Brasil. Na continuidade da reflexão despertada pelo documento 104 parece então muito importante que essa experiência das missões populares, da pastoral da visitação, e a própria proposta da Missão

⁵ Cf. relatórios publicados nos cadernos do SEDOC, dos anos 1975, 1976, 1978 e 1981. Que a criação das CEBs tenha tido também uma contribuição importante na renovação da Igreja em meio urbano também pode ser comprovado pela expansão das comunidades na Grande São Paulo durante os anos 1970, por ocasião do projeto da “Operação Periferia”, promovido por Dom Paulo Evaristo Arns, Cf....

⁶ Para se conhecer um pouco mais da experiência das missões populares, ou das Santas Missões Populares como são mais conhecidas, cf. CNBB, 2007. O Pe. Luis Mosconi é o nome mais conhecido como animador da metodologia das Santas Missões Populares inspiradas na prática das CEBs. Cf. MOSCONI, 2004;

Continental oriunda da Conferência de Aparecida seja mais bem apreciada. É uma carência que se percebe nessa estruturação do documento em torno da “casa”, que parece se limitar aos espaços físicos da Paróquia, e sua centralidade na dinamização da vida pastoral. A missão, dessa forma, não seria pensada apenas como uma comunidade que acolhe bem, pronta para receber quantos que desejarem participar, mas sai em busca dos que estariam “afastados”, nos mais diferentes ambientes.

Reconhecendo essa tendência de pensar pastoralmente a Paróquia de maneira fixa, como lugar de “acolhida”, ou a comunidade como “lar dos cristãos”, não há como negar o enorme esforço para tratar os grandes desafios à ação pastoral e as tarefas que se impõem: o resgate da vida comunitária, a “setorização” da sua organização territorial e o trabalho em rede, a “conversão” das estruturas de pastoral, a busca de formas de gestão mais compartilhadas, a atualização da linguagem da evangelização. Sobretudo, é de se ressaltar a consciência de que é necessária muita criatividade pastoral, a fim de que surjam novas formas de atuação pastoral no meio urbano, onde justamente a questão do território ganha em complexidade (§ 131).

COMUNIDADE MISSIONÁRIA É TAMBÉM AQUELA QUE ENVIA! (A MISSÃO DA PARÓQUIA)

Ao lado da concepção da Paróquia como “casa”, o estudo de suas origens bíblicas, históricas e teológicas aponta, no documento 104, para outra concepção que parece ainda mais rica em intuições para a ação da Igreja na realidade atual: a da Paróquia como “estação”. Com efeito, do levantamento da etimologia da palavra “paróquia” sobressai que em sua origem (numa época sem as atuais estruturas pastorais, visibilizadas em seus espaços físicos e sua territorialidade) ela se referia a uma “habitação em pátria estrangeira”, para o “estrangeiro que se encontra de passagem” (§44-45): “Paróquia, desse modo é uma ‘estação’ onde se vive de forma provisória, pois o cristão é um caminheiro”. Em outros termos, a “casa” é também uma “estação”, o que faz lembrar uma condição de mobilidade, de desinstalação da própria comunidade, que não só nasceu da missão, acolhe os peregrinos, mas envia para a missão, para além de seu território, para ser estrangeiro, “paroikós”, nas “casas” das comunidades em outros lugares.⁷

Nesse sentido, é importante ressaltar também como para Paulo, o grande missionário das origens da Igreja, cada “casa” estava integrada à “rede” de comunidades espalhadas por todo o mundo conhecido, além de ser o polo dinamizador da evangelização de toda uma região (§46-47). Trata-se de outra fundamentação para a proposta de “comunidade de comunidades”, que relativiza o território, apostando em novas formas de relacionamento, e logo, em novas modalidades de evangelização. O documento vai lembrar a necessidade da descentralização da vida comunitária, da inserção nas redes sociais, e que a “setorização” é antes um meio em vista de novas formas de participação e integração, revitalizando nesse novo contexto a vida da comunidade cristã (§ 154ss).

No entanto, apesar da riqueza dessa proposta de interpretação do significado da paróquia para a vida da Igreja, expressa na ideia de “estação”, ela não foi suficientemente explorada no desenvolvimento do documento. Para quem busca redescobrir a dimensão missionária da Paróquia, contudo, essa intuição relembra que a experiência de fé se dá também (se não principalmente) no “caminho”, e não apenas na “casa”, e que a casa-comunidade nasceu na verdade da missão, e por isso é chamada a despertar o continuo desejo de partir em missão. Da leitura dos textos do Novo

⁷ Por trás desses dois parágrafos, com suas várias citações bíblicas, existe toda uma gama de estudos bíblicos e teológicos que revela o caráter profundamente itinerante, missionário e diaspórico (expressão da grande diáspora das comunidades judaicas e cristãs) da Igreja Primitiva. Cf. a título de exemplo BOSCH, 2009; WAN, 2012.

Testamento, sobretudo dos Atos dos Apóstolos, emerge de maneira clara como a missão constituiu a Igreja, e a Igreja permanece se construindo e se renovando na missão.

Essa visão de Igreja ganha grande atualidade no mundo globalizado atual, que tanta perplexidade causa pelo desnorteamento de antigos referenciais, o que se convencionou chamar de “mudanças de época”. O mundo não se organiza mais por seus territórios estabilizados, como referência clara e iniludível de todas as identidades, mas pelo imenso circuito de fluxos que desterritorializam e reterritorializam permanentemente o cenário da vida cotidiana.⁸ As redes sociais a que o documento se refere são apenas um dos aspectos mais salientes dessa mobilidade, imprevisibilidade e provisoriedade das formas contemporâneas de pensar, agir e se organizar socialmente. Na sociedade globalizada e multicultural, em que existe a sensação do tempo imediato, do encurtamento das distâncias, a incessante troca de influências culturais e religiosas, a multiplicidade e recriação de identidades e alteridades – nesse cenário cambiante, a instabilidade é a regra de todos os dias. Como pensar a missão da Igreja nesse contexto?

Antes do Concílio Vaticano II, diante da inexorável necessidade de dialogar com o mundo secularizado que agia cada vez mais de forma alheia às orientações da Igreja, muitas dessas questões já se colocavam. Nesse sentido, dentre as muitas intuições seminais do Concílio, encontra-se uma referente à nova concepção da natureza missionária da Igreja:

“A Igreja, enviada por Deus a todas as gentes para ser «sacramento universal de salvação», por íntima exigência da própria catolicidade, obedecendo a um mandato do seu fundador, procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens ... A Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, visto que tem a sua origem, segundo o desígnio de Deus Pai, na «missão» do Filho e do Espírito Santo.” (AG 1-2)

Ainda hoje não se tiraram todas as consequências dessa nova forma de conceber a missão na Igreja. A missão da Igreja deixa de ser vista como estratégia de expansão “geográfica”, para se tornar um traço fundamental da compreensão de sua natureza. A dimensão missionária da Igreja está enraizada na própria Trindade, entendida como “Missio Dei”.⁹ Portanto, é próprio da catolicidade da Igreja sair de si mesma, se desinstalar, para formar novas comunidades, que ao se irmanarem entre si formam o único Povo de Deus. Em cada comunidade que celebra a Eucaristia e se reúne em torno da Palavra de Deus temos presente a verdadeira Igreja de Cristo, na medida em que está em comunhão com todas as comunidades que igualmente se reúnem e estão espalhadas no mundo inteiro. Cada uma delas é “porção” de um mesmo Povo de Deus, e por isso se constituem por natureza uma “comunidade de comunidades”. Assim, a catolicidade das igrejas e a colegialidade entre seus pastores, são dimensões essenciais que se expressam pelo mesmo empenho na missão. Assim, por meio da missão a Igreja se reconstitui permanentemente, e deverá estar sempre em “peregrinação”. Os Bispos em Aparecida, num capítulo essencial para rever os rumos da evangelização no continente¹⁰, tiram as consequências desses imperativos da missão da Igreja:

“A conversão pastoral de nossas comunidades exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária. Assim será possível que ‘o único programa do Evangelho continue introduzindo-se na história de cada comunidade

⁸ Para uma leitura sobre a questão do território nos dias atuais, cf. HAESBAERT, 2004; HAESBAERT & LIMONAD, 2007; SOUZA & PEDON, 2007.

⁹ Para uma visão ampla dos impactos da concepção da Missio Dei no âmbito do cristianismo atual, cf. BOSCH, p. ...

¹⁰ Trata-se do capítulo VII, que dará as motivações principais para o projeto da Missão Continental, como iniciativa da Nova Evangelização na América Latina, mas também apontará para a importância da Missão Ad Gentes (DAp 373-379). Interessante notar que esse capítulo inicia justamente com a citação de AG 2.

eclesial' com novo ardor missionário, fazendo com que a Igreja se manifeste como mãe que vai ao encontro, uma casa acolhedora, uma escola permanente de comunhão missionária". (DAP 370)

Logo, se perguntar pela missão "da" paróquia é ir além da preocupação com suas estruturas, ou mesmo da evangelização em seu território. O mesmo impulso que conduziu à proposta da Missão Continental, e que encontrou nas missões populares e nas CEBs, uma expressão dessa busca por paróquias descentralizadas, com comunidades vivas e participativas, de ardor missionário crescente, deve também gestar o desejo pela missão além fronteiras. Num horizonte mais amplo, a missão "na" paróquia poderia ser a "sementeira" da vocação missionária que não conhece limitações de territórios ou de estruturas de institutos, grupos ou movimentos, pois prepara para a participação na missão de toda Igreja. A espiritualidade de comunhão que animou o Vaticano II ressoa até hoje no continente latino-americano, convidando à permanente generosidade para sair em missão. A Igreja Local – como Diocese, Vicariatos ou Paróquias – é chamada, dessa forma, a fazer comunidade com outras Igrejas Locais, e por isso a sair de si mesma e animar na catolicidade uma mesma comunhão.

Porém, a mentalidade reinante na maioria das lideranças das Igrejas Locais, sejam elas Bispos, Párocos, leigos atuantes, parece ainda não perceber o alcance das implicações dessa concepção da missionariedade da Igreja. Constatamos pela nossa participação nos encontros de tantos Regionais da CNBB, Dioceses e Paróquias pelo Brasil, um enorme desconhecimento da organização missionária da Igreja. Se Aparecida associa o impulso da missão permanente (a Missão Continental, a Nova Evangelização) à vocação para a missão *ad gentes* de toda Igreja (DAP 365-379), por outro lado, na prática das Dioceses e Paróquias a chamada pastoral "ordinária" parece completamente dissociada da "animação missionária". A formação dos Conselhos Missionários Diocesanos (COMIDIs) e Paroquiais (COMIPAs) é vista com reservas, e é muito comum que eles atuem paralelamente às outras pastorais e organismos, ou que os agentes de pastoral em geral a vejam como uma "pastoral a mais". Não percebem que sua finalidade na Igreja Local, como estabelece a própria Santa Sé, é como "conselhos" contribuir para que toda a Igreja a se assumir como missionária.¹¹

Igualmente o trabalho para despertar vocações para a missão e a cooperação Intereclesial, pela preparação e envio de missionários além fronteiras, ainda é marginal na maioria das Dioceses brasileiras, quando não encaradas com aberta resistência. O documento 104 não menciona diretamente nem a organização missionária nem a missão *ad gentes*. Apenas em dois se aponta para alguma forma de cooperação entre Igrejas. No § 198, o documento fala da importância de "manter vínculos afetivos e efetivos com as paróquias de áreas missionárias, especialmente na Amazônia", e mais adiante sobre a "bela experiência das paróquias irmãs, dentro e fora da Diocese, análogo ao projeto Igrejas-irmãs". Faltaria ser mais incisivo, ver a missão não como uma atividade ao lado de outras, algo além da "bela experiência", para ser dimensão expressiva da catolicidade dessas Igrejas Locais, Dioceses e Paróquias, de sua abertura para irmanar-se com qualquer Igreja de qualquer lugar do mundo. A cooperação entre as igrejas, o sair em missão, deveria ser corriqueiro e não algo extraordinário, um traço normal do seu ser igreja.

No entanto, é talvez no cenário urbano, em que a territorialidade que definem o espaço da atuação da pastoral paroquial se dilui, que a Igreja vê-se obrigada a rever as estratégias pastorais e missionárias em vista de um trabalho mais integrado e cooperativo em "rede". É sobretudo no meio urbano, em que se cruzam grupos de etnias, culturas e práticas religiosas as mais diversas que a Igreja vem a descobrir que a missão *ad gentes* nesse espaço se configura como missão *inter-*

¹¹ A instrução *Cooperatio Missionalis* frisa que é dever de toda Igreja Local participar e colaborar na missão de toda Igreja. Cf. §2; 162-13.

gentes. No documento 104, em alguns parágrafos podemos perceber essa segunda maneira como se manifesta a percepção da necessidade da cooperação intereclesial. No § 197 se afirma que a paróquia não pode se isolar das outras paróquias, que deve trabalhar em consonância com elas, guiadas pelo planejamento urbano. Trata-se ainda de uma exortação, faltaria lembrar que todas as paróquias forma de fato uma Igreja Local, e que a eclesialidade se manifesta nessa colegialidade comum do presbitério, que se dedicam ao mesmo Povo de Deus que habita a mesma cidade. Esse horizonte permitiria dar uma resposta de Igreja à constatação do § 192, a propósito da “interatividade da sociedade atual”, vivendo a missionariedade da paróquia para além dos seus limites geográficos, institucionais e humanos.

Exemplo de experimentação de missão inter-gentes no plano urbano, de permeabilidade e interatividade nos mais diversos níveis da Igreja, é o trabalho que em vários países e também no Brasil, as paróquias desenvolvem no atendimento aos migrantes. Dessa maneira, pode-se testemunhar em várias cidades do mundo, em localidades com grande concentração de grupos de várias procedências e etnias, a formação de comunidades de migrantes que, ao mesmo tempo em que interagem com outros grupos no território de uma Paróquia, e dividem o uso do espaço de sua sede, mantém uma rede de relações com outras comunidades e outros grupos associativos da mesma nacionalidade e/ou etnia. Igualmente, dada a diversidade de situações de trabalho e convivência entre grupos de nacionais e estrangeiros, no território paroquial e diocesano, multiplicam-se os serviços e as iniciativas para o seu acompanhamento. Podem-se citar outros trabalhos envolvendo acompanhamento de jovens, moradores de rua, entre outros. Essa experimentações são um sinal claro de que em vários níveis a “criatividade missionária” à qual o documento faz apelo no § 131 já se faz sentir. No entanto, elas são ainda uma dimensão excepcional, minoritária, ainda longe de motivar a transformação do corpo todo da Igreja. Apontam caminhos e são, sobretudo, um sinal profético do rosto missionário da Igreja, daquilo que pode ser a missão “da” Paróquia, se ela souber ir além das estruturas de conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em At 13, 1-5, temos um relato das origens da missão, enquanto gesto voluntário, inspirado pelo Espírito. Veio de uma Igreja local, Antioquia, nascida e formada na Diáspora, por missionários diaspóricos, que resolve enviar alguns dos seus, Paulo e Barnabé, para levarem a Boa Nova a outras cidades. Ela é o retrato de uma casa-comunidade que também se torna uma “estação” para os missionários, que dela partem e para ela voltam. A continuidade da narração dessa primeira iniciativa missionária empreendida por Paulo e Barnabé, mostra que eles retornaram para Antioquia para relatar tudo que puderam realizar, as comunidades que puderam formar e as pessoas que aderiram à proposta do Reino: “...contaram tudo o que Deus fizera por meio deles e como ele havia aberto a porta da fé aos pagãos. Passaram depois algum tempo com os discípulos”. (At 14, 27b) A “porta da fé” hoje talvez hoje nos lembre que devemos voltar a ser “estação”, com comunidades e paróquias que sejam como “casas” abertas para acolher, mas também livres e generosas para enviar e deixar partir. A missão “da” paróquia nos lembra que a finalidade da fé, a construção do Reino, não reside nela própria. Antes, a experiência da fé se faz no “caminho”. É lá que a “porta da fé” se abre, no meio da missão, e é também lá que a Igreja reencontra seu rosto e identidade.

Nas DGAE 84, quando fala da missão ad gentes, sabiamente se afirma: “Uma Igreja Particular não pode esperar atingir a plena maturidade eclesial para, só então, começar a se preocupar com a missão para além de seu território. A maturidade eclesial é consequência não apenas condição de abertura missionária.” Relembrando os primórdios da comunidade cristã, também hoje a

afirmação de sua identidade missionária é condição para que as comunidades paroquiais não apenas se renovem, mas também encontrem sua verdadeira maturidade.

REFERÊNCIAS

- BLEUZEN, Brigitte, L'engagement social catholique em banlieue: l'exemple des fils de Charité. In: **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 96, 2004, pp. 25-33, cf.:
http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/IMG/pdf/Bleuzen_ARU-96.pdf .
- BOSCH, David J., **Missão Transformadora: mudanças no paradigma na Teologia da Missão**, São Leopoldo, EST/Sinodal, 2002;
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), **Memória, Projeto, Seguimento: missões populares da Igreja no Brasil**, Brasília, Ed. CNBB, 2007;
- _____, **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2011-2015** (DGAE), Brasília, Ed. CNBB, 2011;
- _____, **Comunidade de comunidades: uma nova paróquia**, Brasília, Ed. CNBB, 2013;
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM), **Documento de Aparecida** (Dap): Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Brasília/São Paulo, Ed. CNBB/PAULUS/PAULINAS, 2008;
- COOPERAÇÃO MISSIONÁRIA** (Cooperatio Missionalis): Instrução da Congregação para a Evangelização dos Povos, São Paulo, Paulinas, 1999;
- HAESBAERT, Rogério, **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**, Conferência realizada em Porto Alegre em 2004; cf.
http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf
- HAESBAERT, Rogério, LIMONAD, Ester, O território em tempos de globalização, **Revista eletrônica: etc..., espaço, tempo e crítica**. Nº 2(4), VOL. 1, 15 de agosto de 2007; cf.
http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf ;
- MIKUSKA, Gelson Luiz, **Por uma paróquia missionária à luz de Aparecida**, São Paulo, Paulus, 2012;
- MOSCONI, Luis, **Santas Missões Populares: uma experiência de evangelização voltada para as massas**, São Paulo, Paulinas, 2004, 9ª ed.;
- PEREIRA, José Carlos, **Paróquia Missionária à luz do documento de Aparecida: procedimentos fundamentais**, Brasília, Ed. CNBB, 2012;
- RAMOS, Julio A. **Teologia Pastoral**, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2001;
- REVISTA SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO** (SECOC), v. 7, n. 81, maio/1975, Petrópolis, Vozes;
- _____, v. 9, n. 95, out/1976, Petrópolis, Vozes;
- _____, v. 11, n. 115, out/1978, Petrópolis, Vozes;
- _____, v. 14, n. 144, set/1981, Petrópolis, Vozes;
- SOUZA, Edevaldo A.; PEDON, Nelson R., Território e Identidade, **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas - MS**, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007; cf.
http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/artigo6_EdevaldoS_e_NelsonP..pdf

PUBLICADO EM

Encontros Teológicos n. 65, Ano 28, n.2, 2013, pp. 99-113